CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 24 I Março-Abril de 2007

Fotos © Lusa

... a opção nuclear é "um assunto que, mais cedo ou mais tarde, tal como nos outros países da Europa, acabará por ser discutido".

PR, Cavaco Silva, in DN de 12ABR07

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Nº 24 I Março-Abril de 2007

Cidadania e Defesa

Boletim Informativo da AACDN
Associação de Auditores dos
Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto
1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888
Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site
www.aacdn.pt

Ficha Técnica

Direcção
Dr Abílio Ançã Henriques

Edição
Dr Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Noticias
de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Indústrial, Lote 41 - D
2080-221 Almeirim
Tel : 243 591 555 Fax: 243 597 559
E-mail:geral@gráficaCentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Neste número

3 I Editorial

4 I Valores, Cidadania e Defesa Nacional

7 I Ministro da Defesa Nacional
Rui Machete

8 I Lótus élan

11 I Sistema de Informações da República Portuguesa

14 I Nuclear em Portugal
A retoma do debate

18 I Pupilos do Exército
Formar Cidadãos Úteis à Pátria…

22 I Acontecimentos e Actualidades

26 I UmDeCadaVez

Capa - Nuclear *versus* Eólico

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

No ano em que a AACDN vai comemorar o seu 25.º Aniversário, é natural motivo de satisfação podermos constatar a significativa projecção que os temas da Cidadania e Defesa já alcançaram na nossa vida colectiva.

Para isso, muito têm contribuído múltiplos actores sociais, quer através de intervenções individuais, quer organizados em diferentes planos institucionais e, em particular, várias figuras destacadas da nossa classe política, de diferentes quadrantes e com as mais diversificadas perspectivas.

Neste contexto, os debates a que temos assistido recentemente a propósito dos denominados grandes projectos nacionais, nomeadamente o novo aeroporto na OTA e o TGV, não podem deixar de ser vistos como sinais positivos de manifestação dos direitos e dos deveres de cidadania. Dir-se-á, contudo, que, nalguns casos, tais debates são enviesados pelo combate político-partidário, ou por interesses meramente corporativos, ou de outros grupos de pressão. Talvez. Mas a riqueza da vida colectiva faz-se de tudo isso. E é sempre melhor que os diferentes interesses se revelem à luz do dia, de forma clara, e possam aí ser sujeitos ao inevitável contraditório da discussão pública, do que se expressem de forma sub-reptícia, dissimulada, de modo não perceptível à generalidade dos cidadãos.

Para toda esta vitalidade do exercício da cidadania nunca será demais recordar o papel insubstituível que tem sido desempenhado pelo Curso de Defesa Nacional e pela instituição que o tem proporcionado ao longo de várias décadas, o Instituto da Defesa Nacional. Pelas sucessivas edições deste Curso, passou já mais de um milhar de Auditores, na sua maioria quadros destacados da Instituição Militar, das Forças de Segurança, da Administração Central e Local e da Sociedade Civil, englobando elementos com diferentes profissões e experiências de vida, inseridos nos mais diversificados quadrantes e sectores de actividade.

E neste plano, a nossa Associação tem sido uma digna continuadora daquele trabalho formativo, procurando sempre dar-lhe sequência, potenciando assim o investimento realizado pelo Estado, ao facultar aos Auditores a frequência de um programa do mais elevado nível, que não encontra paralelo em qualquer outra oferta disponível.

Por tudo isso, a comemoração do 25.º Aniversário da AACDN merece ser um momento alto na vida da nossa Associação, recordando assim a iniciativa dos 54 auditores, sócios fundadores, que em 1982 promoveram a sua constituição e reconhecendo o contributo de todos aqueles que, ao longo de um quarto de século, dedicaram o seu esforço e atenção à construção, desenvolvimento e fortalecimento da AACDN, tal como hoje a conhecemos.

Daí termos entendido que conjugar essa comemoração com a realização do IX Congresso Nacional se apresentava como a forma mais adequada de assinalar o acontecimento.

No programa, que está já em fase avançada de preparação, o próximo Congresso Nacional, subordinado ao tema *"Soberanias e Ameaças – Os Desafios das Novas Fronteiras"*, decorrerá de 19 a 21 de Outubro de 2007 e terá como palco a cidade de Évora.

Nas próximas semanas serão anunciados o calendário e os subtemas para apresentação de comunicações ao Congresso, por parte dos Auditores de Defesa Nacional, pelo que aqui deixamos uma palavra de incentivo para que este evento seja sentido como uma oportunidade única de participação na vida associativa.

O convite já endereçado a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que recentemente concedeu uma audiência à Direcção da AACDN, para nos honrar com a sua presença na Sessão de Abertura do nosso Congresso, constitui certamente uma importante motivação adicional para o empenhamento de todos os associados neste acontecimento singular da vida da AACDN.

Num ano em que as actividades associativas serão naturalmente dominadas pela realização do Congresso, é de assinalar a significativa adesão dos associados à viagem anual, que terá lugar de 21 de Julho a 4 de Agosto, tendo como destino a China milenar. A actualidade desta zona do Globo e das mutações que aí se estão a operar e a sua importância para a compreensão dos desafios que se colocam ao Mundo ocidental, à Europa e a Portugal em particular, dispensam especiais considerações. Dir-se-á que, também neste domínio, a nossa Associação demonstra mais uma vez estar atenta ao seu tempo; hoje, com a China, tal como nos anos mais recentes com o alargamento da União Europeia a Leste (a viagem à Croácia em 2006) e com a sempre discutida (e discutível) abertura à Turquia (visitada em 2005).

Abílio Ançã Henriques

Valores, Cidadania e Defesa Nacional

Tendo em mente os diversos enquadramentos considerados numa análise à temática da Segurança Interna, optamos por uma pequena ponderação sobre a relação entre os Valores, a Cidadania e a Defesa Nacional.

Não é possível continuar a ignorar determinados comportamentos, porque estes começam a ameaçar a sociedade e, consequentemente, a penhorar o futuro da Nação.

O ritmo de vida, específico da sociedade ocidental, implica que, devido à sua exigência, os pais dispõem de menos tempo para seguir o crescimento dos filhos. Necessariamente, aqueles delegam nos professores a tarefa da educação dos seus descendentes, esperando que, para além de conhecimentos, também lhes sejam transmitidos os valores e as regras da coexistência social basilares para a educação cívica.

Tal implica que caiba aos docentes disciplinar os alunos, mas quando os professores são confrontados com a necessidade de admoestar e/ou sancionar o comportamento dos discentes, os primeiros a expressarem-se contra tais opções são os progenitores.

É, no mínimo, curioso observar que, no que se refere à cidadania e à concomitância social, parece prevalecer uma tendência natural, alicerçada numa posição individualista, em considerar que nós, percepcionados na primeira pessoa, temos **Direitos** e que os restantes, encarados na terceira pessoa, apenas **Deveres**.

É, por isso, importante salientar que a Cidadania não se esgota no conjunto de **Direitos e Deveres** concedidos

pela lei. Para que a Cidadania seja plenamente alcançada, é fundamental um elemento fulcral: o exemplo dos pais. Este chega-nos pelas mais variadas formas, quer seja através da formação recebida em família, quer pela disciplina, ou, ainda, pela transmissão dos valores característicos do núcleo familiar. Estou a referir-me aos "laços" familiares que são comunicados de geração em geração e que são indispensáveis para a formação da personalidade. Ora, se os pais estão ausentes, também os valores o estarão. Por mais aptos que sejam, não serão os professores que devem suprir as insuficiências originadas por essa ausência, porque nenhum docente pode ou deve substituir um pai. No limite, são um complemento dos pais.

Certamente que não é só de agora, mas, ultimamente, o número de agressões de alunos a alunos e de alunos a professores aumentou preocupantemente. De acordo com o divulgado pelo Observatório de Segurança Escolar, durante o ano passado, foram comunicadas, pelas escolas ao Ministério da Educação, 390 casos de agressões a docentes, sendo que as mesmas foram praticadas ou pelos discentes ou por encarregados de educação. É igualmente inquietante que, apenas num hiato temporal de dois meses, a linha SOS Professor tenha recebido 68 pedidos de ajuda, todos eles referentes a problemas entre professores e alunos, ou familiares destes.

Ora, um jovem que agride um colega e/ou um professor é muito bem capaz de atacar um progenitor. E imanente à figura de um pai e/ou professor está a autoridade, pelo que também não é de estranhar o aumento, registado pela Guarda Nacional Republicana e pela Polícia de Segurança Pública, dos delitos contra agentes da lei. Seguindo esta lógica, não é disparate nenhum considerar que também a autoridade do Estado é e/ou será desrespeitada e que os valores de ligação ao país se esmaeçam.

…quais seriam as vantagens de um SMO, ou, pelo menos, de uma recruta obrigatória? Para os jovens, representaria: Formação cívica e profissional (para alguns, a última oportunidade); Consciencialização dos valores da defesa nacional; Experiência de vida num ambiente de disciplina; Enriquecimento pessoal e humano

O crescimento da indisciplina e da agressividade dos jovens é um fenómeno em efervescência. Se não for devidamente analisado, poderá colocar em causa, num futuro não distante, a segurança interna do País. Que devemos então fazer? Atrevo-me a sugerir o seguinte, sendo que estas sugestões não passam disso mesmo, uma hipótese.

Fruto da acção das juventudes partidárias, da conjuntura internacional vivida na época e, muito provavelmente, de factores económicos, o Serviço Militar Obrigatório (SMO) / Serviço Efectivo Normal (SEN) foi terminado. O serviço militar é agora voluntário, isto é, profissional. Dificilmente deixará de o ser. Mas, nos dias de hoje, quais seriam as vantagens de um SMO, ou, pelo menos, de uma recruta obrigatória? Para os jovens, representaria:

Formação cívica e profissional (para alguns, a última oportunidade);

Consciencialização dos valores da defesa nacional;

Experiência de vida num ambiente de disciplina;

Enriquecimento pessoal e humano.

Por sua vez, para o Estado seria, através da consolidação do seu capital humano, um pilar para manutenção do futuro.

Os pressupostos inerentes ao objectivo do "sucesso escolar", que faz com que os professores tenham que passar todos os alunos sem qualquer tipo de exigência qualitativa

A participação em programas de apoio cívico e social seria outra possibilidade. Mas era necessário que essa participação fosse compulsiva e não facultativa. Qual é o objectivo adjacente a esta particularidade? Simplesmente fazer com que os jovens percebam que a vida não é fácil e que nem sempre podemos fazer o que queremos.

Também há que incluir, na estrutura curricular dos alunos, matérias como o civismo e a cidadania

Actualmente, devido às circunstâncias acima descritas, o contacto entre os jovens e os diversos ramos das Forças Armadas resume-se ao Dia da Defesa Nacional. Apesar do mérito de tal iniciativa, parece-me que a duração da mesma é manifestamente insuficiente. E os moldes em que está formatada significam que nem todos os jovens usufruem desse contacto.

Países como a Bélgica e a Holanda, quando confrontados com as mesmas realidades que levaram ao fim do SMO no nosso País, decidiram implementar programas, de forma a permitir que todos os jovens tivessem um contacto efectivo e positivo com as Forças Armadas. Estes projectos, realizados em parceria com os respectivos Ministérios da Educação, fazem com que, nos últimos anos do ensino obrigatório, militares especialmente preparados para o efeito se desloquem às escolas para ministrar palestras e coordenar exercícios práticos com os jovens. O contacto que estes recebem da Instituição Militar não se resume a um dia e os benefícios daqui colhidos são multidisciplinares. A aplicação destes exemplos é outra hipótese a considerar.

As ameaças à segurança interna não resultam apenas dos novos actores transnacionais. Há outros géneros de cominações que devem ser equacionados. Nos dias de hoje, o último baluarte dos valores reside na Instituição Militar. Promover e incrementar o seu convívio com a juventude é primordial, porque, na essência, a Cidadania e a Defesa Nacional são valores.

Os pressupostos inerentes ao objectivo do "sucesso escolar", que faz com que os professores tenham que passar todos os alunos sem qualquer tipo de exigência qualitativa, traduziram-se na efectiva perda de autoridade dos docentes e na consequente perda de respeito dos discentes. Alterar o *"Estatuto do Professor"* para reforçar a autoridade dos docentes e dos órgãos directivos das escolas é um passo no sentido certo, mas pode não ser suficiente. Também há que incluir, na estrutura curricular dos alunos, matérias como o civismo e a cidadania. E acima de tudo, se um aluno não sabe não deve transitar de ano. Os jovens de hoje serão os líderes de amanhã. Que tipo de dirigentes estamos a formar?

O Estado não é apenas o território, o povo e os seus órgãos políticos. Valores também são a Nação. Aliás, são os valores que a sustentam. Sem estes, não haverá substância nem auto-estima. Sem estes, o Estado soçobrará.

E os caminhos para a segurança e para o futuro da Nação portuguesa só dependem de nós.

Autor

Vicente Ferreira da Silva
Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais, na Universidade do Minho.
Auditor de Defesa Nacional (CDN2006/2007)

Rui Machete

(IX Governo Constitucional)

Nome: Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
Data de nascimento: 7 de Abril de 1940
Naturalidade: Setúbal
Pai: Henrique Chancerelle de Machete
Mãe: Maria Constantina Calado Parente
Número de filhos: 3
Estado civil: casado com Maria Fernanda Ferreira Pena

Rui Machete licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa e possui o curso complementar de Ciências Político-Económicas. Em 1960 e 1962, obteve os prémios Calouste Gulbenkian, respectivamente, em Ciências Histórico-Jurídicas e Político-Económicas.

Foi professor nos institutos de Estudos Sociais e Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, na Faculdade de Direito e Universidade Católica.

A sua carreira política iniciou-se em 1975 quando, após a filiação no PSD, foi nomeado Secretário de Estado da Emigração. Seguiu-se a pasta dos Assuntos Sociais do VI Governo Provisório. Entre 1976 e 1979 foi deputado do PSD, Vice-Presidente do partido, vogal da Comissão Política Nacional e Vice-Presidente da Direcção do Grupo Parlamentar. Fez parte da Assembleia do Conselho da Europa, que culminaria com a assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, em 12 de Junho de 1985.

A partir de Maio de 1981, foi administrador do Banco de Portugal, cujo cargo viria a abandonar em 9 de Junho de 1983, para tomar posse como Ministro da Justiça do IX Governo Constitucional. Durante o mesmo executivo, chefiado por Mário Soares, foi Vice-Primeiro Ministro e, por acumulação, Ministro da Defesa Nacional, até 6 de Novembro de 1985. Presidiu à Comissão Eventual para a I e II Revisões Constitucionais (1988-89 e 1992), mantendo-se como deputado, entre 1985 e 1995.

A sua vida pública estendeu-se para lá do Partido e da Assembleia da República, uma vez que foi o fundador da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES) e o director do jornal *Povo Livre* (Órgão de Comunicação do PSD). Foi um dos responsáveis pela criação da Fundação Oliveira Martins, onde desempenha, desde o início, o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Em 1982, foi vogal do Instituto Nacional de Administração e Presidente da Comissão para a Elaboração do Novo Código Administrativo e da Comissão Instaladora do Instituto de Gestão Financeira das Empresas Públicas. Dirigiu, ainda, a Associação Portuguesa de Direito Europeu (1986) e a Comissão de Legislação da Ordem dos Advogados (1987).

É o Presidente do Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, desde Julho de 1998..

Principais medidas enquanto MDN

Rui Machete tomou parte na criação de diversos Decretos-Lei, na condição de Vice-Primeiro Ministro e/ou MDN. Em 10 de Abril, fez publicar um diploma que consignava o ingresso dos sargentos das Forças Armadas no quadro permanente. No mesmo mês, fez aprovar o Decreto-Lei n.º 132/85, que revia a orgânica das ordens honoríficas portuguesas em vigor desde 1975 e repunha as competências do Conselho de Ministros e do 1.º Ministro "quanto à iniciativa de propositura de condecorações".

Foi também, durante o seu mandato, que a Assembleia da República decretou a Lei n.º 6/85, de 4 de Maio, acerca dos Objectores de Consciência.

Em conjunto com o Ministério das Finanças e do Plano, fixou um diploma único, relativo aos acréscimos de remunerações correspondentes a trabalho extraordinário, trabalho nocturno e trabalho por turnos. A 3 de Julho, por Decreto-Lei n.º 220/85, permitiu que os primeiros-cabos readmitidos no Exército e na Força Aérea, no posto de furriel, e no momento de passagem à Reforma, tivessem um tratamento semelhante aos que passassem à situação de Reserva.

Outra medida importante diz respeito à regulamentação de "aspectos básicos e essenciais para o funcionamento do Serviço de Informações Militares", previsto pela Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro (Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa). Tomou parte ainda no Decreto-Lei n.º 419/85, de 22 de Outubro, que estipulava a extinção do Centro de Instrução de Polícia do Exército, cuja missão foi cometida ao Regimento de Lanceiros de Lisboa. Finalmente, foi responsável pela criação da medalha D. Afonso Henriques.

Autora

Alferes Ana Dias,
Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP
e Redactora do *Jornal do Exército*

Lótus élan

Ao reler a *Odisseia* de Homero, deparei com um pormenor que me pareceu interessante: a paragem de Ulisses no país dos Lotófagos. Segundo nos conta Homero, os Lotófagos eram um povo que se alimentava de plantas de lótus (ou de loto, como se diz nalgumas traduções), plantas essas que, logo que ingeridas, apagavam da memória todas as marcas do passado, conduzindo aqueles que as ingeriam à escravatura. Este pormenor de Homero – já com quase trinta séculos – tem enorme actualidade se o perspectivarmos na sociedade contemporânea. É que começamos a estar sistematicamente tentados para o esquecimento da nossa tradição, da nossa História, dos elementos que criaram e justificam o modelo de civilização que temos. E creio – na linha da conclusão de Homero, que narra que Ulisses fugiu dos Lotófagos – que isso é mau.

Nos últimos números desta nossa publicação, procurei retratar alguns dos que, para mim, são elementos negativos da actual civilização e comentá-los de uma forma construtiva. Falei já na **cultura da morte** e na **cultura do medo**. Hoje gostaria de tratar a **cultura da superficialidade**. Com efeito, o superficial domina o nosso quotidiano. Hoje, todo o cidadão opina sobre tudo. Lê um breve artigo de jornal e tira uma conclusão. A crónica jornalística é, na maioria dos casos, um levantar de problemas de quem não pensou nas soluções, no enquadramento das perguntas que coloca, nos meios disponíveis para os solucionar. E a mediatização dos factos superficiais está na moda. A notícia superficial vende, a opinião profunda não vende.

os Lotófagos eram um povo que se alimentava de plantas de lótus

Toda esta corrente encontra forte apoio nas visões economicistas da sociedade, sobretudo no neoliberalismo económico. Sendo a cultura da superficialidade avessa às instituições ou a qualquer ideia estruturante da sociedade (porque, por natureza, tem sólidas bases de sustentação e

de justificação), a avaliação, de um prisma meramente económico, dessas Instituições ou dessas ideias estruturantes (porque não geram lucro), tem a garantia da reprovação social. Veja-se, a este respeito, a crescente campanha para a "desmilitarização" das Forças Armadas: a contraposição dos novos direitos ao associativismo, aos seculares conceitos de chefia e de confiança no chefe; a supressão do serviço militar obrigatório; o esvaziamento da "condição militar", da justiça militar, o debate sobre a privatização das forças militares e de segurança. Indo mais longe: como se consegue explicar a Soberania, o Estado, a Pátria, os Valores nacionais numa sociedade que é unicamente marcada por objectivos individualistas? Quais são hoje os objectivos nacionais?

Isto permite-nos chegar a outro plano da superficialidade: o da política. O debate político, em Portugal, afastou-se do debate ideológico. E isso criou, como refere Jean-Marie Auby, da Universidade de Bordéus, o fenómeno da "deserção política". Ensina, em suma, aquele professor, que o indivíduo está desligado da causa pública, "apenas sente interesse por ela". Essa atitude psicológica, nos regimes democráticos, manifesta-se nas eleições e no crescendo da abstenção; nos regimes totalitários, manifesta-se numa atitude de cepticismo e ironia para com o poder. Em ambos os casos a deserção é evidente. Aqui também o individualismo e a superficialidade marcam o timbre. O superficial é fácil, o profundo é difícil. Vejamos um caso concreto: a Esquerda na Europa reivindica o Emprego através de campanhas, manifestações: realidade fácil; mas a mesma Esquerda não cria condições para o Empreendedorismo, que é o gerador do Emprego: realidade profunda ou difícil. Nesta, a Esquerda, abstém-se. E abstém-se porque não tem soluções, nem lhe interessa tê-las, porque isso mataria o debate. É a cultura da superficialidade.

Com o desenvolvimento tecnológico e científico, entrámos numa nova era civilizacional. A Sociedade da Informação e a Sociedade do Conhecimento, motores do novo paradigma, pecam pela ausência de critério: estão a criar um modelo social – pelo menos na Europa – que ainda não definiram qual é, ou que contornos tem. E isso é perigoso. É que a cultura dos cidadãos não está ainda preparada para mudanças tão radicais, e não há flores de lótus que apaguem, de um momento para o outro, tudo aquilo que somos e que construímos. No fundo, que nos tornem escravos de interesses difusos.

Tenho para mim que o grande problema da Europa, nos próximos anos, estará na criação de condições para a subsistência da Democracia. A superficialidade está a

O debate político, em Portugal, afastou-se do debate ideológico

desgastar os seus pilares. É certo que a Democracia do Século XXI não será a Democracia do Século XX. A introdução da Internet na vida diária levará seguramente à criação de novos mecanismos de representação. Hoje, creio que a representação corporativa – não no sentido do corporativismo totalitário, mas no de um corporativismo

...o superficial domina o nosso quotidiano. Hoje, todo o cidadão opina sobre tudo

A crónica jornalística é, na maioria dos casos, um levantar de problemas de quem não pensou nas soluções

E a mediatização dos factos superficiais está na moda. A notícia superficial vende, a opinião profunda não vende

Diário de Notícias

2 | TEMA | 4.ª FEIRA | 4 ABRIL 2007

CASO INDEPENDENTE

TEMA 1

Oposição recusa explorar caso do curso de Sócrates

Esperar para ver: esta é a palavra de ordem de toda a oposição sobre a sucessão de notícias relacionadas com o diploma em Engenharia Civil obtido por Sócrates na Universidade Independente, agora no centro de todas as polémicas. Carlos Narciso, ex-jornalista da SIC, foi exonerado pelo ministro Santos Silva, de quem era assessor. Também por causa da Independente

© João Pedro Henriques e Pedro Correia

Sócrates em silêncio

moderno, muito assente nas associações, nos sindicatos – está a assumir-se como uma forma mais eficaz de captação dos cidadãos para a causa pública, que a mera representação ideológica. E por culpa dos Partidos que, nos seus Programas Eleitorais e nas suas práticas, renunciaram às ideologias, optando por os transformar em meros catálogos de ofertas, muitas vezes de ilusões: optaram pela superficialidade. Otto Kircheimer defende até, em tese, que se avança para um "partido de todos". Será isso o que queremos?

A cultura da superficialidade está a formatar a nossa sociedade como um quadro vazio. E a sociedade ocidental, a sociedade europeia, têm princípios seculares que são, eles próprios, uma razão de optimismo. Fez agora vinte anos, Karl Popper esteve em Portugal. Numa entrevista a João Carlos Espada, publicada no *Expresso* (28 de Março

de 1987), a qual constitui, seguramente, um dos grandes marcos do jornalismo português, dizia a dada altura: "O significado do meu optimismo é muito simples. Sei qualquer coisa da História da Humanidade. Qualquer um pode aprender o suficiente, digamos num mês, para descobrir que as nossas sociedades ocidentais constituem a melhor forma de sociedade que já existiu (...) Primeiro que tudo, derrotámos a fome que foi a ameaça maior de todas as sociedades anteriores (...) Além disso, temos mais liberdade e mais justiça nas nossas sociedades ocidentais do que em qualquer época anterior. E temos mais oportunidades". Esta visão de Popper é uma manifestação clara de que o ensinamento profundo da História, e o modelo social que construímos, não pode ser posto em causa nos seus pilares e fundamentos, por uma cultura de superficialidade que apenas se tem assumido como justificativo para inúmeras e variadas crises. Como Ulisses, fujamos da Flor de Lótus.

O superficial é fácil,
o profundo é difícil.
Vejamos um caso concreto:
a Esquerda na Europa
reivindica o Emprego
através de campanhas,
manifestações:
realidade fácil;
mas a mesma Esquerda
não cria condições para
o Empreendedorismo, que
é o gerador do Emprego:
realidade difícil

... o grande problema
da Europa (...) estará
na criação de condições
para a subsistência
da Democracia.
A superficialidade está
a desgastar
os seus pilares

Autor

José António Silva e Sousa
Auditor do CDN 2002
Presidente da Assembleia Geral
do AACDN

Sistema de Informações da República Portuguesa

Foi, recentemente, publicada a Lei Orgânica nº 9, de 19 de Fevereiro de 2007, condição *sine qua non* para a reforma, em curso, do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP).

Esta reforma preconiza uma acção articulada em cinco vectores estruturantes para o SIRP, concretamente: orgânica, capacidades, recursos humanos, finanças e infra-estruturas.

Este diploma visa dar continuidade, regulamentando, à Lei Quadro nº 30/84, de 5 de Setembro, com a redacção dada pela Lei Orgânica nº 4/2004, de 6 de Novembro, (a qual alterou radicalmente a estrutura e organização do SIRP), bem como cumprir o Programa do XVII Governo Constitucional.

O modelo do Sistema de Informações da República Portuguesa não estaria completo sem a regulamentação do novo órgão do sistema, o Secretário-Geral, e sem a necessária adaptação legislativa do SIED e do SIS ao novo regime. Com a presente Lei, consagra-se um quadro regulador uno, concretizador dos pormenores de organização e funcionamento do Secretário-Geral, do SIED e do SIS, que os dota dos meios necessários para assegurar os interesses do Estado Português, substituindo-se o conjunto disperso de diplomas reguladores dos Serviços de Informações, no caso do SIED, o Decreto-Lei nº 254/95, de 30 de Setembro, e, no do SIS, o Decreto-Lei nº 225/85, de 4 de Julho, na redacção dada pelos Decretos-Leis nºs 369/91, de 7 de Outubro, e 245/95, de 14 de Setembro, mas aproveitando muito da forma e do conteúdo, já testado, dos mesmos.

Por outro lado, no programa do XVII Governo Constitucional, no que se refere ao Sistema de Informações da República Portuguesa, no ponto 7 do parágrafo III do capítulo IV, alude-se à necessidade de "alterar as leis

No presente diploma reestruturam-se os Serviços de Informações, concebendo-se um regime de direcção unificada, materializado na criação do cargo de Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (...) ou (...) "fusão de topo"

orgânicas dos serviços, adaptando-as ao novo regime de direcção unificada e tornando os serviços mais eficazes ante as novas ameaças do terrorismo internacional, no respeito pelo regime constitucional de direitos, liberdades e garantias". O mesmo programa, no ponto 6 do mesmo parágrafo, a propósito da prevenção do terrorismo, salienta a necessidade de "reforçar a coordenação entre os Serviços de Informações, através da acção do respectivo Secretário-Geral, garantir a colaboração efectiva entre estes serviços e os órgãos de polícia criminal e aprofundar a cooperação com os organismos congéneres estrangeiros".

Constituindo as matérias relativas ao regime do Sistema de Informações sempre um tema delicado, é de salientar o facto de, tal como no caso da Lei Orgânica nº 4/2004, de 6 de Novembro, esta proposta de Lei ter sido aprovada com uma larga maioria de votos na Assembleia da República, recolhendo os votos favoráveis dos grupos parlamentares do PS, do PPD/PSD e do CDS-PP.

Esta solução conceptual abrangente dá corpo a uma necessidade sentida (...) de ultrapassar os constrangimentos teóricos e práticos dos dois conceitos legais existentes, Segurança Interna e Defesa Nacional

No presente diploma reestruturam-se os Serviços de Informações, concebendo-se um regime de direcção unificada, materializado na criação do cargo de Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, equiparado para todos os efeitos legais, excepto os relativos à sua nomeação e exoneração, a

Secretário de Estado. Regime de direcção unificada ou, na feliz expressão do Ministro de Estado e da Presidência do XVI Governo constitucional, utilizada aquando do debate sobre o mesmo diploma na sessão plenária da Assembleia da República, "fusão de topo".

Trata-se de uma solução inovadora, com especificidades de regime sem paralelo na Administração Pública. Com efeito, para além de incumbir o Secretário-Geral de conduzir superiormente – expressão que consagra um efectivo poder de direcção, note-se aliás a escolha da expressão "novo regime de direcção unificada" consagrada no programa do actual Governo – através dos respectivos directores, as actividades do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS), agora integrados na Presidência do Conselho de Ministros, evidencia os seus poderes de inspecção, superintendência e coordenação.

Assim, direcção unificada, coordenação, colaboração, cooperação e eficácia são os grandes objectivos que se pretendem alcançar com esta Lei, consagrando efectivamente a referida "fusão de topo" dos serviços de informações.

Por outro lado, explorando a possibilidade aberta pela Lei-Quadro do SIRP, com a redacção dada pela Lei Orgânica nº 4/2004, de 6 de Novembro, são criadas, na directa dependência do Secretário-Geral, estruturas comuns aos dois serviços de informações, SIED e SIS, que resultam da fusão de unidades orgânicas nucleares e flexíveis, até agora duplicadas nesses serviços porque com o mesmo escopo de actuação. Esta reestruturação nas áreas previstas pela Lei-Quadro, fundindo as unidade orgânicas responsáveis pelas questões financeiras e pelo apoio administrativo geral, pelos recursos humanos, pelas tecnologias de informação e pela segurança, para além de visar a racionalização económica geral e dos limitados recursos humanos, coloca o cerne da actuação dos serviços de informações na produção de informações. Este enfoque no âmago das atribuições dos serviços contribuirá, assim, para modernizar, agilizar e aumentar a eficácia operacional dos mesmos. No caso do SIED, a produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português. Quanto ao SIS, a produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

Nos trabalhos preparatórios desta Lei fez-se, desde muito cedo, a opção por um único diploma regulamentar comum ao Secretário-Geral, respectivo Gabinete e serviços comuns, ao SIED e ao SIS, pelo simples facto de se afigurar a solução mais razoável, tendo em conta o regime de grande similitude no que se refere ao conteúdo normativo e ao significado de cada uma das instituições no seio do sistema. O argumento histórico, que poderia parecer apontar em sentido contrário, também não tem grande relevância, pois a razão pela qual a actual orgânica do SIED e do SIS constam de diferentes diplomas deve-se, sobretudo, ao facto de tais instituições terem nascido com um intervalo temporal de cerca de 10 anos, o que inviabilizou qualquer regulamentação conjunta.

Nas suas linhas gerais, esta Lei visa: preservar a total autonomia operacional dos serviços e a direcção imediata dos mesmos por parte dos respectivos directores; concentrar a sua capacidade exclusivamente na actividade de produção de informações; reconfirmar o exercício em regime de absoluta exclusividade dessa actividade; clarificar e reforçar o direito de acesso a bases de dados da Administração Pública; fortalecer os mecanismos de cooperação com outras entidades e destas com o SIRP; proteger os funcionários e agentes dos serviços de informações; dotar os serviços directamente dependentes do Secretário-Geral da necessária autonomia, numa lógica de *continuum* entre este e os serviços; e definir um enquadramento orgânico para os serviços comuns previstos na Lei-Quadro.

A criação dos serviços comuns, fundindo a totalidade das unidades orgânicas de natureza não operacional – para além de permitir o total empenhamento dos serviços no campo da produção de informações, concentrando exclusivamente nessa matéria o espaço de competência directa das respectivas direcções – introduz racionalidade e economia de escala no sistema e propicia ao Secretário-Geral meios que incentivam a cooperação e facilitam a coordenação entre os serviços. Para além disso, concretizam uma política de partilha de serviços de apoio, de acordo com uma linha de reforma preconizada para os serviços públicos em geral.

O reforço das capacidades operativas dos serviços – que se exprime principalmente na maior facilidade de acesso a bases de dados públicas ou na possibilidade de uso de identidade alternativa e até na supressão da limitação de recrutamento exclusivamente entre cidadãos com nacionalidade portuguesa de origem – situa-se num patamar que se pode considerar mínimo, face às necessidades dos serviços de informações no actual quadro de ameaças que se perfilam contra os Estados democráticos.

Há que notar finalmente que, não obstante a equiparação do Secretário-Geral do SIRP a Secretário de Estado, o elenco das suas competências lhe confere um estatuto híbrido semelhante, por um lado, a membro do Governo, por outro, a dirigente superior do primeiro grau.

O conjunto de competências do Secretário-Geral e responsabilidades desenvolvidas no âmbito do seu gabinete, que em muitos aspectos se entrecruzam com os próprios serviços, justificam o regime consagrado de autonomia administrativa e financeira e de despesas classificadas.

Julgo, ainda, de salientar o conselho consultivo do

... tornando os serviços mais eficazes ante as novas ameaças do terrorismo internacional

Secretário-Geral, no âmbito do SIED e do SIS, órgão bicameral da maior importância no plano da cooperação com as diversas entidades que interagem com o sistema de informações. A participação dessas entidades permite, em simultâneo, uma melhor definição das prioridades dos serviços, ao associar entidades com importantes responsabilidades no sistema de segurança interna, diplomacia e defesa nacional e visa constituir um espaço para a consolidação de uma comunidade de informações em sentido amplo. O futuro da actividade de informações, em particular em países pequenos e com limitações de ordem financeira, passa por uma simplificação dos processos de cooperação e das formalidades existentes entre os diferentes organismos do Estado. Gerar sinergias e actuar numa lógica de complementaridade institucional é o caminho a seguir. É certo que os serviços de informações são, apenas, os que estão previstos na lei, mas órgãos de informação, aberta ou privilegiada, serão todos os organismos da Administração Pública.

Para terminar, gostaria de registar que esta proposta de lei consolida, porque clarifica e reforça, uma inovação doutrinária, na organização nacional de segurança (Forças Amadas e Forças e Serviços de Segurança), na medida em que a nova definição de competências do Secretário-Geral do SIRP o coloca na óptica da noção académica de Segurança Nacional, pelas responsabilidades justapostas de segurança interna e externa e defesa nacional. Esta solução conceptual abrangente dá corpo a uma necessidade sentida, há muito, de ultrapassar os constrangimentos teóricos e práticos dos dois conceitos legais existentes, Segurança Interna e Defesa Nacional, permitindo uma lógica integrada de abordagem das ameaças.

Autor

Jorge Silva Carvalho
Chefe do Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa
Auditor do CDN 2003

Nuclear em Portugal

A retoma do debate

O debate sobre as vantagens e inconvenientes da opção nuclear no sistema energético do País foi retomado após o aparecimento de uma proposta pública de um empresário privado para a construção de um reactor nuclear.

O debate tem sido vivo e, pelo menos numa primeira fase, rapidamente se resumiu a um confronto entre os defensores e os opositores do nuclear, parecendo encontrar-se em formação uma terceira corrente de opinião que preconizaria uma abordagem mais estruturada da questão, chamando a atenção para a necessidade de se estudar e reunir informação para uma tomada de decisão esclarecida, pois o País não se encontra preparado para um opção tão complexa e de tão grandes implicações.

O **grupo dos opositores** à introdução do nuclear invoca razões de natureza ambiental ligadas à gestão dos resíduos e ao desmantelamento das centrais em fim de vida útil, bem como de segurança e os custos de produção elevados. Para este grupo, as dificuldades energéticas devem ser atacadas pelo recurso intensivo às energias renováveis (principalmente o eólico, em articulação com o hídrico) e pela via da eficiência energética. Também é referido que a opção

nuclear somente ataca uma parte do problema energético (a produção de electricidade) nada se fazendo sobre os transportes, principal sector consumidor de energia. Alguns colocam mesmo em dúvida a existência de recursos que possam satisfazer as necessidades, pelo que se estaria, deste modo, a substituir uma dependência (a dos combustíveis fósseis) por outra (a dos recursos uraníferos).

O **grupo dos defensores** da introdução do nuclear invoca a sua valia ambiental (muito baixa emissão de GEE), o baixo custo de produção (particularmente se os combustíveis fósseis forem onerados com a taxa de carbono) e segurança geopolítica (devido à repartição mundial dos recursos). Relativamente às críticas sobre gestão de resíduos radioactivos de alto nível de actividade (para os resíduos de médio e baixo nível o problema já estaria resolvido), chama a atenção para o seu baixo volume, o que facilita a sua concentração e vigilância em locais apropriados e alguns defendem, em vias de comprovar, uma solução tecnologicamente aceitável (o repositório geológico profundo

em formações geologicamente estáveis), embora a percepção pública desta possibilidade seja negativa. Sobre segurança nuclear, argumentam a melhoria crescente do desempenho da indústria, que apresenta o mais baixo índice de sinistralidade do sector energético, e a prevista melhoria das novas gerações de reactores. Sobre custos reclamam o mais baixo valor por kWh produzido e sobre o desmantelamento sublinham a sua baixa incidência (quase desprezível) no preço da energia. A hipótese de um novo Chernobyl é descartada como de impossível ocorrência nos reactores de tecnologia ocidental. Este grupo não exclui as soluções renováveis e de eficiência energética, mas coloca sérias reservas sobre a sua capacidade de constituir uma solução durável para o problema da energia.

Finalmente, tem vindo a ganhar relevo **um terceiro grupo**, que admite o contributo do nuclear no sistema energético, mas que sublinha a circunstância de o País não reunir as condições de informação e preparação para uma tomada de posição, seja ela de opção ou rejeição da alternativa nuclear, pelo que é necessário realizar os estudos adequados e reunir as capacidades para uma decisão esclarecida. Neste grupo será, talvez, possível distinguir dois subgrupos: os que admitem que os trabalhos e estudos irão, possivelmente, concluir que uma nova geração de reactores de cisão nuclear pode integrar o sistema de produção de energia primária em Portugal, muito particularmente uma nova geração que possibilitasse também, numa visão de longo prazo, atacar o problemas dos transportes (produção de hidrogénio), enquanto um outro subgrupo considera como mais provável que o resultado final seja o de concluir pela inadequação da opção nuclear aos problemas energéticos do País.

O Governo tem declarado que o nuclear não está na agenda política nem é uma prioridade, embora entenda que o assunto pode e deve ser estudado, mas que não será sua a iniciativa.

Pensamos que o debate vai prosseguir, provavelmente não tão polarizado e mais alargado ao conjunto das condicionantes e das implicações de uma opção nuclear, que somente consideramos poder ser tomada num quadro de decisão democrática e cuidadosamente escrutinada pela

Portugal terá que debater o nuclear

... existem recursos uraníferos que suportem um significativo crescimento da capacidade nuclear para a produção de energia eléctrica no longo prazo?

sociedade portuguesa, pois que há importantes opções a tomar no plano muito amplo do desenvolvimento sustentável e da segurança internacional no âmbito da energia, como os mais recentes acontecimentos geopolíticos de perturbação do abastecimento à Europa, a instabilidade e incerteza da situação política do Médio Oriente – com particular realce para o Golfo Pérsico (situação militar no Iraque e no Afeganistão e crise nuclear iraniana) – e os mais recentes dados sobre a mudança climática vêm realçando. E tudo isto sem abandonar o objectivo da competitividade económica dos custos da energia.

Questões sobre o nuclear em Portugal

Existem questões que necessitam de esclarecimento e ponderação e que deverão ser abordadas no debate público, com o objectivo de formulação precisa das opções. No que se segue, procuramos identificar algumas delas, reservando à questão dos recursos nacionais de urânio um tratamento final mais pormenorizado.

No âmbito do planeamento energético está em curso, embora em diferentes fases de execução, um amplo conjunto de investimentos na produção de energia eléctrica de que realçamos o programa eólico (com uma meta de 5100 MW), as centrais de ciclo combinado (3200 MW), as centrais de biomassa (250 MW), mais uma reserva de 800 MW, com base na tecnologia de carvão limpo (*clean coal*), pelo que haveria que analisar como é que uma central nuclear se intrometeria neste programa, particularmente se tivermos presente que, para rentabilizar infra-estruturas, a central terá, muito provavelmente, mais do que um reactor (embora instalados com um desfasamento de alguns anos). Neste mesmo quadro, há que ter presente que a rede eléctrica nacional não está preparada para "encaixar" 1600 MW (quatro vezes a maior potência ligada no presente), pelo que teria que ser reforçada.

A localização da central tem que resolver um problema de disponibilidade de água para arrefecimento (uma central de 1600 MW terá que dissipar cerca de 3200 MW), sismicidade do local (factor não impeditivo, mas que pode encarecer a construção) e proximidade do mercado consumidor. Qualquer dos rios internacionais do País pode suportar a carga hídrica correspondente, embora os caudais disponíveis imponham a opção por circuito fechado de refrigeração assistido com torres de arrefecimento (ou evaporação). A outra alternativa de refrigeração (esta já em circuito aberto) poderia ser com água do mar, o que imporia uma localização junto ou muito próximo da costa. Não há factores intransponíveis em qualquer das localizações referidas, contudo a sua aceitação pública será sempre muito lenta e demorada e teria que ser suportada em estudos muito detalhados e completos (lembremo-nos do que tem ocorrido com o processo de co-incineração, apesar de todos os resultados científicos conhecidos sustentarem e apoiarem a solução adoptada do ponto de vista da saúde pública).

Os países que têm reactores nucleares em operação dispõem de agências nacionais que estão incumbidas da vigilância e inspecção de todas as fases do seu funcionamento, de modo a que estas se processem com total segurança para as populações, para os trabalhadores e para o ambiente. Estas agências têm que ter quadros técnico-científicos altamente qualificados, cuja preparação é longa e dispendiosa e somente algumas instituições mundiais estão em condições de a proporcionar. Não existem no País quadros em quantidade e qualidade para uma estrutura destas, pelo que haveria que iniciar com consistência, permanência e determinação um programa de longo prazo cujos resultados demorariam anos a obter.

Finalmente, parece hoje unanimemente reconhecida a importância da articulação das políticas energética, industrial e económica visando a constituição de *clusters* ou simples ninhos de competência industrial orientados para a satisfação das necessidades de bens e serviços do sector energético, área de investimento intensivo e inovador e com um mercado internacional em permanente crescimento e diversificação. As competências do País no domínio da energia nuclear são muito reduzidas ou quase nulas em alguns dos múltiplos domínios do conhecimento necessários. Assim, uma opção por este tipo de energia implicaria, pelo menos numa fase inicial, uma total dependência tecnológica, num sector onde o País não possui quaisquer competências. Esta circunstância apresenta-se pois como uma barreira à opção nuclear se se pretender uma articulação das diferentes políticas públicas convocadas para esta questão.

Pelas razões apontadas, a opção nuclear terá sempre que revestir a forma de um programa nacional de longo prazo, estruturado e polivalente, que assegure uma coordenação das suas múltiplas componentes, de que nos limitámos a identificar algumas.

Existirão recursos suficientes para um programa nuclear?

Neste debate não tem estado ausente a questão dos recursos uraníferos, quer no plano mundial, quer no plano nacional. Invocam alguns a insuficiência de recursos em quantidade para abastecer os reactores existentes e os reactores do mesmo tipo que se venham a instalar no futuro, referindo a circunstância daqueles somente garantirem três ou quatro décadas de abastecimento, tendo em conta o consumo actual. Correríamos, assim, o risco de adoptar uma via de desenvolvimento que, a relativamente curto prazo, nos confrontaria com uma situação idêntica à que actualmente enfrentamos com o petróleo e o gás natural. Importa, pois, ter uma resposta quantificada e fundamentada à seguinte questão: existem recursos uraníferos que

suportem um significativo crescimento da capacidade nuclear para a produção de energia eléctrica no longo prazo?

Nos últimos 40 anos, a Agência de Energia Nuclear da OCDE tem vindo a publicar regularmente estimativas de recursos uraníferos no plano mundial. Estas estimativas melhoraram bastante nos últimos anos, devido à melhoria da informação fornecida pelos países que integraram o bloco comunista e agora convertidos à economia de mercado após a queda do Muro de Berlim, o que nos possibilita um quadro abrangente desta realidade no plano mundial e quea seguir se apresenta:

Tipo de reactor e ciclo de combustível	Anos de produção de energia eléctrica (2002) utilizando os recursos convencionais conhecidos (a)	Anos de produção de energia eléctrica (2002) utilizando a totalidade dos recursos convencionais (b)
Reactor de água natural	85	270
Idem, com reciclagem de plutónio	100	300
Reactor reprodutor, com reciclagem de combustível	2 550	8 500

(a) Urânio que ocorre em depósitos minerais conhecidos e recuperável a custo inferior a 80 US$/kg U e com as tecnologias disponíveis.

(b) Urânio que ocorre em jazigos conhecidos e nos ainda não descobertos, mas que se espera possam vir a ser conhecidos com a aplicação das tecnologias de prospecção disponíveis.

Diário de Notícias

| 28 | ECONOMIA | 4.ª FEIRA | 4 ABRIL 2007 |

ENERGIA

Galp e Iberdrola na fase final do concurso para eólicas

Ana Tomás Ribeiro

Os consórcios liderados pela Galp e Iberdrola vão à fase final de negociação do concurso para a atribuição de uma nova potência eólica entre 400 e 500 megawatts. Eliminado, para já, só está o agrupamento liderado pelas espanholas Union Fenosa e a italiana Enel, disse ao DN fonte da Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE).

O relatório preliminar do júri de apreciação das propostas, para a fase B do concurso – já que a fase A decorreu ao ano passado – foi entregue ontem aos concorrentes. De acordo com o documento, o consórcio Ventinveste, liderado pela Galp Power, foi o que mereceu a melhor classificação, seguido do Novas Energias Ibéricas, à frente do qual está a Iberdrola. Em último lugar, ficou o grupo Vento Norte, controlado pelas espanholas Union Fenosa e a italiana Enel. Embora o concurso previsse a possibilidade de irem três candidatos à fase de negociação, o Governo considera que deverão ir apenas os dois que obtiverem a melhor classificação.

O mesmo aconteceu, aliás, na fase A do concurso, onde estavam em causa a atribuição de uma nova potência eólica entre 900 e 1000 megawatts, da qual saiu vencedor o consórcio Eólicas de Portugal, liderado pela EDP. À fase das negociações, naquela altura, só foi este consórcio

Eólicas | Em concurso está a atribuição de mais 400 a 500 MW de nova potência

10 dias

é o prazo que os concorrentes têm, a partir de agora, para contestarem o relatório

e o agrupamento Ventinveste, os dois melhores classificados.

O relatório preliminar do júri relativo à segunda fase do concurso já está pronto há algum tempo, mas ficou suspenso por causa da oferta pública de aquisição (OPA) da Martifer sobre a alemã Repower. Isto porque a Martifer, que integra o consórcio liderado pela Galp, se alou à indiana Suzlon para lançar uma OPA sobre a Repower, e aquela empresa asiática fazia parte do agrupamento liderado pela Fenosa e Enel, outros dos três concorrentes.

Assim, o Governo decidiu pedir pareceres jurídicos a dois escritórios de advogados sobre os impactos da possível OPA sobre os resultados do concurso, antes de tornar públicos os relatório preliminar. Contudo, como o grupo liderado pelas empresas Enel e Fenosa, do qual faz parte a Suzlon, estava classificado em segundo lugar – não tendo sequer possibilidade de ir à fase de negociação –, os pareceres jurídicos consideraram que a OPA não iria gerar conflitos de interesses nos resultados, explicou fonte da DGGE.

A análise do quadro permite imediatamente concluir que existem recursos suficientes para várias décadas de consumo ao ritmo actual e que a prospecção pode ampliar para séculos esta disponibilidade a um custo estimado de 2 US$/kg U, correspondendo a cerca de 1 % do seu preço actual.

Também na perspectiva da segurança de abastecimento, a distribuição geográfica dos recursos de urânio se apresenta menos concentrada do que o petróleo e gás natural e em zonas do globo politicamente estáveis, possuindo a Austrália, o Canadá, a África do Sul e os EUA, 50% dos recursos conhecidos. No caso da UE, esta circunstância é ainda reforçada pelo facto de o abastecimento de urânio ser regulado e assegurado pelo Tratado Euratom. Aliás, uma duplicação do custo do urânio natural implicaria um agravamento de 5% do custo do kWh produzido, quando, no caso do gás natural, este valor é de 45% e os produtores nucleares podem reter um *stock* de combustível para vários anos de produção, a um custo financeiro aceitável. Estes factores conferem razoável previsibilidade e estabilidade à evolução dos preços da energia eléctrica de origem nuclear, em contraponto com o que ocorre com os combustíveis fósseis.

Qual a posição de Portugal, neste contexto?

Historicamente reconhecido como um território com potencial uranífero, o País adoptou, em meados dos anos cinquenta, um ambicioso programa de reconhecimento dos seus recursos uraníferos e de capacitação no domínio da utilização da energia nuclear para fins energéticos. Das campanhas realizadas, resultou um acréscimo importante da base de recursos, parte da qual alimentou a produção uranífera durante 50 anos (1952-2002). O actual volume de recursos, embora sensivelmente reduzido em resultado da exploração mineira do passado, ainda significativo, merecendo realce o localizado no concelho de Nisa e circundantes, pela sua dimensão e concentração geográfica.

Neste contexto, pode colocar-se a questão: qual o interesse e a interligação que existe, ou se pode estabelecer, entre os recursos nacionais de urânio e um eventual programa nuclear nacional?

Uma análise recente realizada pelo signatário mostra que estes recursos somente poderiam assegurar 1/3 a ½ das suas necessidades de abastecimento de um reactor de 1 600 MW (a potência proposta) durante o seu período de operação (60 anos).

Concluindo, não nos parece que exista uma ligação entre as reservas nacionais de urânio e um eventual programa nuclear nacional. Esta é débil ou mesmo inexistente. Por outras palavras, não devemos começar um programa nuclear porque temos que explorar as reservas de urânio, nem devemos desistir dele porque não temos reservas suficientes. Cada uma das opções deve vingar pelos seus méritos próprios.

Autor

Luís Rodrigues Costa
Auditor do CDN 2005

Pupilos do Exército

Formar Cidadãos Úteis à Pátria...

Enquadramento Histórico

A criação do IMPE remonta a 1911, quando, por Decreto-Lei de 25 de Maio e por inspiração do General (na altura coronel) António Xavier Correia Barreto, ao tempo Ministro da Guerra, foi criado o *Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar*. Pilar educacional da *Obra Social e Tutelar* do Exército (de Terra e Mar), nele se depositou muito do sentido da regeneração social que marcou o início do século XX, na busca de um *Homem Novo* que caracterizou a jovem República.

Através dos tempos, o contributo qualitativo do IMPE para o País baseou-se sempre em *educar nos valores e para os valores*, ideário decorrente da acção educativa dos seus formadores, militares e civis. O Instituto norteia-se pela divisa *Querer é Poder* e tem como patrono a figura ímpar de D. João de Castro, 13º Governador e 4º Vice-Rei da Índia, homem de ciência e de cultura, diplomata e militar de rara estirpe.

Evidentemente que, com o passar inexorável do tempo, as dinâmicas nacional e internacional obrigam as Instituições (em sentido lato) a repensarem-se a si próprias. Deste modo, o objectivo social e tutelar de 1911, cujo plano de estudos compreendia os Ensinos Primário, Complementar e Primário Superior (Comercial, Industrial

e Agrícola), sofreu já três reformas fundamentais. A primeira, com as transformações de 1948 (D.L. n.º 37136, de 5 de Novembro) através da qual o Instituto assumiu o desiderato de preparar profissionalmente quadros técnicos militares (sargentos e furriéis do QP), face à entrada de Portugal na NATO e aos novos sistemas de armas. Nesta altura, o plano de estudos compreendia o Ciclo Geral Preparatório (dois anos) e o 2º Ciclo de Formação Profissional (comércio, mecânica, electricista, óptico e serralheiro). A segunda reforma, através do D.L. n.º 42 632, de 4 de Novembro de 1959, em que o *Instituto Profissional dos Pupilos do Exército* (IPPE) passou a designar-se *Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército* (ITMPE), com o objectivo fundamental de melhorar a preparação dos quadros técnicos, face à progressiva mecanização das Forças Armadas, com possibilidade de ingresso na Academia Militar ou na Escola Naval. Neste modelo, o plano de estudos integrava o Ensino Geral Preparatório (dois anos), o 2º Ciclo com um Curso Geral de Comércio e Indústria (três anos), o Curso Médio de Contabilista (três anos) e Cursos Médios de Máquinas e Electrotecnia (quatro anos). A terceira grande reforma, que vem até aos nossos dias, resultou do D.L. n.º 677 / 76, de 1 de Setembro, que aprova a actual designação do IMPE e cria a *Secção Pedagógica do Ensino Superior* (SPES/IMPE), cujo objectivo foi a adaptação do Instituto à reestruturação do ensino nacional, verificando-se a passagem dos Cursos Médios a Ensino Superior Politécnico (bacharelato) nas áreas de Contabilidade e Administração, Engenharia Mecânica, Engenharia Electrotécnica e Engenharia de Electrónica e Telecomunicações, a par dos Ensinos Básico (2º e 3º ciclos) e Secundário.

Nas diferentes etapas históricas, ontem como hoje, os *Pupilos* têm encarado a mudança com serenidade e realismo, transformando ameaças pontuais em oportunidades duradouras, conscientes de que a sua missão é diariamente legitimada pelas necessidades que o País tem de quadros verdadeiramente qualificados em sintonia com aquelas necessidades.

Ensinos Básico e Secundário

Na actualidade, os *Pupilos* praticam uma cultura organizacional flexível e ajustada à nova tipologia da procura, proporcionando regimes de frequência adaptados às necessidades das famílias dos militares dos três Ramos das Forças Armadas (Exército, Armada e Força Aérea) e da sociedade civil. Evidentemente que, para ir ao encontro deste universo heterogéneo de características bem diferenciadas, os ensinos básico e secundário passaram a oferecer soluções ajustadas a cada tipo de necessidade. Por isso, funcionam tanto em regime de internato como em regime de externato:

Internato para as famílias, cujas exigências tornem desejável uma maior permanência dos seus educandos no Instituto, devidamente enquadrados nos seus momentos de estudo e de lazer, com saídas ao meio e ao fim da semana;

Externato para as famílias, cujo estilo de vida possibilite e aconselhe um acompanhamento diário dos seus educandos, sem necessidade de pernoitar no Instituto, embora plenamente integrados em todos os seus domínios de acção educativa.

Em ambos os regimes de frequência, na certeza de ser ministrado um ensino de qualidade, capaz de preparar os jovens para as solicitações de uma vida moderna e de uma cidadania exigente, como moderna e exigente é a *polis* do século XXI, num ambiente académico em que a disciplina e o rigor são conscientemente assumidos por cada um e onde o estudo, a camaradagem e a amizade dispensam praxes segregadoras e anacrónicas.

O Instituto norteia-se pela divisa *Querer é Poder* e tem como patrono a figura ímpar de D. João de Castro, homem de ciência e de cultura, diplomata e militar de rara estirpe

Túmulo de D.João de Castro, na Igreja do IMPE

Fotos: Homem Cardoso, in Património do Exército

Ensino Superior

Presentemente, são ministrados quatro **Cursos Superiores**, todos em regime de externato:

Contabilidade e Administração

O CSCA está aberto aos jovens que pretendam adquirir uma sólida formação nos domínios da contabilidade e da administração, mediante a frequência de um plano curricular que integra as seguintes áreas: contabilidade, administração, fiscalidade, economia, matemática, direito, gestão comercial e financeira, informática e língua inglesa. O permanente ajustamento das matérias às exigências do mercado tem permitido dar resposta às múltiplas solicitações empresariais, profissionais e académicas, públicas e privadas.

Engenharia Mecânica

O CSEM engloba uma grande diversidade de matérias e impõe-se como uma das áreas mais completas e solicitadas do domínio da Engenharia. Composto por disciplinas anuais e semestrais de carácter teórico-prático, em oficina e laboratório, proporciona uma sólida preparação em matérias estruturantes da mecânica: motores e automóveis, termodinâmica, climatização, cogeração, ensaio de resistência de materiais, máquinas-ferramentas convencionais assistidas por computador, automação e robótica, desenho e projecto assistido por computador.

Engenharia Electrotécnica

O CSEE oferece aos jovens um currículo generalista, adaptado à diversidade das necessidades profissionais. Com uma formação de base estruturante e uma componente aplicada de âmbito específico-tecnológico, confere ao diplomado uma rápida integração no mercado de trabalho qualificado. O curso, de índole polivalente, abrange as seguintes áreas tecnológicas: produção e transporte de energia eléctrica, instalações eléctricas, electrónica de potência, servomecanismos e automação, controlo industrial e sistemas de energia e máquinas eléctricas.

Engenharia de Electrónica e Telecomunicações

O CSEET abrange os domínios da engenharia electrotécnica e computadores, com natural ênfase nas comunicações, orientado de modo a dar resposta às actuais exigências numa área da engenharia vital para o desenvolvimento do País. Compreende um variado leque de matérias, proporcionando uma consistente preparação básica e específica. O método pedagógico adoptado privilegia o ensino em laboratório, com a realização de trabalhos e projectos.

Os diplomados com os Cursos Superiores do IMPE são oficialmente reconhecidos, tanto para o exercício de actividade profissional, de elevada empregabilidade e exigência, como para o prosseguimento de estudos com vista à obtenção do grau académico de licenciatura, em regime bietápico, em estabelecimentos superiores com os quais o IMPE tem protocolos firmados.

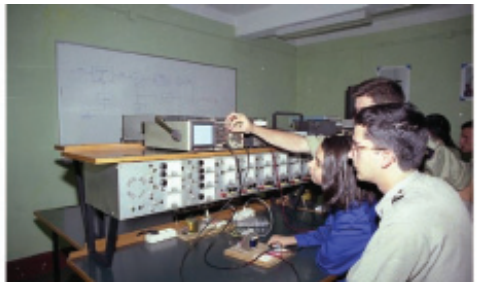
Situação Conjuntural

Nos tempos mais recentes, o modelo de gestão interna da Instituição, quando se impõe uma proactiva adequação aos novos desafios nacionais e internacionais, em matéria do conhecimento e da qualificação dos portugueses, tem optado por medidas de definhamento institucional. Pratica-se o imobilismo, semeia-se a incerteza, desestruturam-se os pilares da organização (alunos, professores, militares e funcionários civis) e minam-se os valores e os princípios éticos e morais de uma instituição praticamente centenária.

Tais medidas têm já, desde o início do ano lectivo 2006/2007, como consequência, o cancelamento das admissões ao 5º ano e aos Cursos Superiores, medidas cujo efeito negativo se multiplica exponencialmente sobre todo o IMPE.

Procurando minimizar os danos em curso, têm sido notórios os esforços das forças vivas do IMPE: alunos, pais, funcionários e, muito especialmente a *Associação de Professores dos Pupilos* (APP) e a *Associação dos Pupilos do Exército* (APE), esta última depositária do património identitário e intergeracional de sucessivas gerações de *Pilões*. De modo responsável e concertado, ambas as associações têm sido recebidas por responsáveis políticos, informando-os acerca deste quadro de conjuntura, aguardando-se dos mesmos uma superior tomada de posição que, a um só tempo, coloque os cursos do IMPE ao serviço do País e honre os pergaminhos de uma instituição educacional da República.

Não obstante, e é essa a razão de ser deste brevíssimo artigo, impõe-se alargar o âmbito das interrogações e do



debate que o assunto suscita. Pessoalmente, como Pilão e como Auditor de Defesa Nacional, suscitam-se-me, entre outras, as seguintes questões, que gostaria de partilhar:

Quais as razões que levam o Exército a amputar uma escola que, estando sob a sua tutela, é pertença de Portugal e dos Portugueses? Será normal o Exército pretender extinguir Cursos Superiores de que o País carece? Se o Ensino Superior Politécnico deixou de interessar ao Exército, por que não reenquadrá-lo institucionalmente no MDN?

Não será o melhor interesse nacional, que estudamos e investigamos desde os anfiteatros do IDN, aquele em que se valorizam as componentes não militares da Defesa Nacional, como sucede com a componente do conhecimento / educacional?

Quais as prioridades de um país que, ao mesmo tempo que elege a *qualificação dos portugueses* como uma prioridade estratégica, consente o encerramento de cursos marcadamente técnicos, de natureza profissionalizante?

Quando o conhecimento é o factor competitivo das organizações de excelência, poderá um país como o nosso dar-se ao luxo de desmantelar Cursos Superiores de reconhecida qualidade e empregabilidade?

Qual a responsabilidade das elites, designadamente dos Auditores de Defesa Nacional, nesta matéria. Estarão cientes do problema? Se não estiverem, estou disponível para esclarecer. Estaremos a dar um contributo à altura das nossas responsabilidades para que não se consinta o desmantelamento de uma Escola de qualidade, de referência no panorama nacional?

Notas Finais

Em 25 de Maio de 2011, o Instituto comemorará o seu 1º centenário. No espaço de um século, apresenta indiscutivelmente um serviço de valor nacional, educando e ensinando milhares de cidadãos que, na vida prática, granjeiam prestígio e credibilidade à Instituição que os formou.

Trata-se de uma Escola com identidade e cultura próprias, um espaço de inserção nas Forças Armadas e no País conquistado, de pleno direito, funcionando em torno de um projecto educativo de valores e de natureza qualitativa.

O carácter teórico-prático dos seus cursos, associados à "marca" de qualidade que historicamente vem consolidando, é responsável pela inserção imediata no mercado de trabalho, comprovada pelos índices de empregabilidade dos alunos finalistas, praticamente sem paralelo nos ensinos superiores politécnico e universitário portugueses que, regra geral, funcionam desgarrados do mercado de trabalho.

Quando o conhecimento é o factor competitivo das organizações de excelência, poderá um país como o nosso dar-se ao luxo de desmantelar Cursos Superiores de reconhecida qualidade e empregabilidade?

São muitos os desafios das Forças Armadas e de Portugal que poderão usufruir do valor acrescentado do IMPE na componente educacional da Defesa Nacional, de que constituem exemplo: contribuir para a formação dos militares do QP; participar na sustentabilidade do processo de profissionalização das Forças Armadas; participar, no âmbito da cooperação e desenvolvimento, na formação de alunos oriundos dos PALOPs, reforçando a prioridade política reconhecida à Lusofonia;

Autor

Américo de Abreu Ferreira
Auditor do CDN 1994

Acontecimentos & Actualidades

Apresentação de Cumprimentos ao Presidente da República

Em 6 de Março, a Direcção da AACDN, representada pelos seus Presidente e Vice-presidentes, deslocou-se ao Palácio de Belém para apresentar cumprimentos ao Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva.

Cordialmente recebidos pelo Chefe da Casa Militar, TenGeneral Carvalho dos Reis, foram depois conduzidos à presença do Presidente da República que, de forma afável, lhes deu conta da importância que atribui aos Cursos de Auditores de Defesa Nacional, bem como às actividades desenvolvidas pela Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, invocando, mesmo, a sua participação como conferencista em alguns cursos de auditores e descrevendo, com pormenor e entusiasmo, a sua intervenção num jantar-debate promovido pela AACDN, em 2003.

Aproveitou-se o ensejo para descrever ao Presidente da República as actividades que a AACDN vem prosseguindo, com particular enfoque no Congresso, a realizar em Évora, no próximo mês de Outubro, tendo-lhe sido transmitido o quanto nos sentiríamos honrados se lhe fosse possível associar-se a este importante evento da nossa vida associativa.

O Senhor Presidente ouviu com particular interesse a descrição feita, interrompendo amiúde para solicitar esclarecimentos e, reconhecendo a importância e o interesse dos fins prosseguidos pela nossa Associação, os quais enalteceu, disponibilizou-se para uma mais proficua colaboração da Presidência com a AACDN.

Quanto à sua eventual participação no nosso Congresso, o Senhor Presidente esclareceu que a mesma terá que ser posteriormente analisada à luz dos compromissos de agenda, necessariamente sobrecarregados pela presidência europeia, que se inicia em Junho próximo.

José Monteiro

AACDN tem mais um Sócio Honorário

É ele o Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, figura que dispensa apresentações, quer no plano profissional, quer na sua ligação de décadas à nossa Associação e ao Instituto de Defesa Nacional.

Embaixador de Portugal em Bona – nomeado com apenas 28 anos – e em Bruxelas, onde lhe coube a coordenação do processo negocial de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia. Professor Universitário e Director da escola onde lecciona – o Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa. Ministro das Finanças num dos momentos mais difíceis da nossa História Contemporânea. Representante do Governo português na Convenção Europeia e, posteriormente, Presidente da Portugal TeleCom, o Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes mantém uma estreita conexão com os círculos e a temática da Defesa Nacional, quer através das conferências que anualmente ministrou e ministra nos Institutos Militares (hoje uniformizados) e no Instituto de Defesa Nacional (nomeadamente no Curso de Defesa Nacional), quer através da sua ligação à Associação dos Oficiais da Reserva Naval, de que é Presidente da Mesa da Assembleia Geral, quer, por fim, pela constante defesa pública da causa do Mar como missão estratégica e condição de afirmação de Portugal.

Sábados Culturais da AACDN

Visita à Casa-Museu Dr Anastácio Gonçalves

Integrada nos designados *Sábados Culturais,* decorreu no passado dia 24 de Março a visita à Casa-Museu Dr Anastácio Gonçalves, antiga *Casa Malhoa*, onde, para além da visita ao imóvel, foi também possível contemplar o valiosíssimo acervo exposto e apreciar uma exposição do Professor Gil Teixeira Lopes, com a particularidade de melhor podermos conhecer a obra pela mão do próprio Mestre.

Mas vamos por partes.

A nossa viagem cultural à Casa-Museu Dr Anastácio Gonçalves, gentilmente guiados pelo seu Director, Dr José Alberto Ribeiro, iniciou-se pelo exterior e, numa breve explicação, ficámos a saber que foi mandada edificar pelo pintor José Malhoa, que a destinou a sua residência, e que a execução do projecto foi confiada ao arquitecto Norte Júnior.

Apreciámos a decoração das fachadas, em que é visível a preocupação do pormenor na criação de um ritmo harmonioso e coerente entre os diversos elementos empregues e a sua articulação com o jogo de janelas, das quais se destaca o grande janelão que corresponde interiormente ao atelier de Malhoa.

Em 1932, a *Casa Malhoa* é adquirida por Anastácio Gonçalves, onde passa a residir e aí organiza a sua grande, variada e valiosa colecção de peças de arte.

O Dr Anastácio Gonçalves faleceu em 1965, deixando a casa ao Estado, a qual, depois de obras de adaptação aos seu novo fim museológico, abriu ao público em 1980.

Passámos depois ao interior da casa e através das diversas e diversificadas obras expostas, foi fácil constatar que é um lugar onde, em cada espaço, se recorda o requintado gosto e o imenso interesse pelo coleccionismo de qualidade do Dr Anastácio Gonçalves.

Trata-se, com efeito, de uma colecção que reúne cerca de 2000 obras de arte e que, a par de secções de ourivesaria, pintura europeia, escultura portuguesa, cerâmica europeia e oriental, relógios de bolso, etc, compreende três importantes núcleos: pintura portuguesa dos séculos XIX e XX, porcelana chinesa e mobiliário chinês e estrangeiro.

No domínio da pintura, a colecção reunida pelo Dr Anastácio Gonçalves compreende óleos, aguarelas e desenhos, num percurso pela temática da paisagem, do retrato e da pintura de costumes, sendo frequentes o motivo ao ar livre e gosto pela paisagem rural.

Quanto à colecção de porcelana da China, a maior parte das peças é datável entre os séculos XVI e finais do XVIII, correspondendo a exemplares provenientes do comércio de porcelana chinesa de exportação, tanto mais que os portugueses foram os primeiros europeus que, no início de quinhentos, trouxeram para o Velho Continente e nele criaram o gosto pelas porcelanas da China.

O Dr Anastácio Gonçalves dedicou tal interesse às frágeis porcelanas da China que a colecção que delas reuniu, integrando alguns exemplares raríssimos, como, por exemplo, uma taça Cizhou e outra qingbai do século XII, constitui hoje um acervo de referência internacional.

Quanto ao mobiliário, compreendendo muito embora outras peças, a colecção demonstra a preferência do coleccionador pelas obras da época de D. José e de Dona Maria.

Todavia, os exemplares provenientes do estrangeiro têm nesta colecção uma significativa importância, estando expostas peças de origem francesa, inglesa, holandesa, espanhola e mesmo chinesa dos séculos XVII e XIX, impondo-se pelas suas particularidades funcionais e decorativas.

Terminada a visita à Casa-Museu, sempre acompanhados pela disponibilidade, gentileza e saber do seu Director, fomos depois visitar a exposição do pintor Gil Teixeira Lopes, que amavelmente nos aguardava para, conjuntamente com a Professora Matilde Marçal, nos guiar pela exposição, nos falar dos seus quadros e nos ajudar a ver, e não apenas a olhar, aquilo que ele vê e que interessadamente também quis que víssemos.

Foi uma bonita lição de arte, com especial enfoque na pintura e na gravura, mas foi também, e talvez acima de tudo, uma lição de vida.

Gil Teixeira Lopes, Professor Jubilado de Pintura da Faculdade de Belas-Artes, possui obra vasta e multifacetada, não só nas técnicas utilizadas, mas também nos temas. Participou em inúmeras exposições, foi distinguido com cerca de 40 prémios e distinções e as suas obras estão representadas em diversas colecções particulares e públicas.

Não obstante a hora ir já adiantada quando a visita terminou, ficou-nos, mais uma vez, a sensação de que queríamos mais e, por isso, partimos na justificada expectativa de que, a curto prazo, outro evento semelhante se realize e, claro, novamente lá estaremos.

José Monteiro

Vísita ao Museu do Chiado

Na sequência do programa *Sábados Culturais* da AACDN, um grupo se sócios e respectivos acompanhantes, num total de 30 pessoas, visitou o Museu do Chiado - Museu Nacional de Arte Contemporânea.

O interessado grupo teve a oportunidade de apreciar a magnífica exposição dedicada a Columbano Bordalo Pinheiro, artista que, com os seus primorosos quadros, sensibilizou profundamente o grupo AACDN.

Instituição tutelada pelo Ministério da Cultura através do Instituto Portugês de Museus, o Museu situa-se na Rua Serpa Pinto nº 4, no centro histórico de Lisboa, e reúne uma vasta colecção de arte portuguesa que se inicia por volta de 1850 e se prolonga até à actualidade. Através desta colecção é possível observar e estudar algumas das obras mais significativas dos artistas nacionais, bem como a diversidade dos movimentos e práticas artísticas desenvolvidas no curso de um século e meio.

Instalado desde 1911 no espaço do secular convento de São Francisco da Cidade, conjunto seriamente afectado pelo terramoto de 1755, o actual Museu do Chiado - Museu Nacional de Arte Contemporânea foi, após o trágico incêndio que em 1988 afectou a zona, reinaugurado em 1994, após renovação pelo arquitecto francês Jean Michel Wilmotte.

As exposições temporárias são acompanhadas por publicações que desenvolvem profundas investigações e que têm conferido um perfil muito próprio ao museu.

Quotas em 2007

Por proposta da Direcção, foi deliberado em Assembleia Geral ordinária manter o valor da quota anual nos mesmos **60,00 Euros**, valor que vem já de Janeiro de 2005.

Para os associados que ainda não tiveram oportunidade de o fazer, **solicita-se o pagamento das quotizações**, actual e em falta, utilizando um dos seguintes meios:

- Por débito na conta bancária do sócio, através do preenchimento e remessa à Sede da AACDN (Praça do Príncipe Real, nº 23 R/C Dtº, 1250-184 Lisboa) do impresso de "autorização de débito em conta", enviada com o Boletim 14/2004;

- Por transferência ou depósito na conta bancária da AACDN, na Caixa Geral de Depósitos (NIB: 0035 0667 0000 0479 0307 7), que poderá ser efectuado em qualquer Caixa Multibanco, num balcão da Caixa Geral de Depósitos, ou através do Internet Banking;

- Por transferência directa na CGD para a conta 0667 000479 030;

- Por cheque remetido à Sede.

Em qualquer dos casos, é fundamental **indicar sempre o número de sócio**, de modo a permitir aos Serviços da Associação identificar a proveniência dos valores recebidos.

IX Congresso Nacional da AACDN

Soberanias e Ameaças

Os Desafios das Novas Fronteiras

AACDN comemora 25º Aniversário

19 e 20 e **21 Outubro 2007** em Évora

O tema **Soberanias e Ameaças – Os Desafios das Novas Fronteiras** é excelente
Motivo para a preparação de comunicações por parte dos Auditores de Defesa Nacional
Contamos consigo Marque na sua Agenda

Pagamentos à AACDN

Solicita-se a especial atenção dos associados que efectuarem pagamentos à AACDN através de transferência bancária, ao balcão das agências ou em máquinas Multibanco, para a necessidade de **identificarem sempre o pagamento**. Basta um dado pessoal, relacionado com a Associação, que permita ao Secretariado identificar a origem da remessa.

Em caso de impossibilidade de o fazer no acto da transferência, sugere-se o envio, via CTT ou FAX, de cópia do talão de depósito, com, pelo menos, o nome do associado e o destino da verba

Muitos continuam a ser os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional que, ao longo de mais de três décadas, se notabilizaram nas mais diversas áreas: nas Artes ou nas Letras, nas Ciências ou na Educação, na Política ou na Guerra. Porque a sua acção é digna de mérito, vale a pena ficar a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

Isabel Meirelles é a associada nº 1 da AACDN. Nascida a 4 de Setembro de 1954, em Freixo de Espada à Cinta, é: licenciada em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa; diplomada em *Hautes Études Européennes*, vertente de Direito, no *College d'Europe*, em Bruges, Bélgica; Mestre em Política Internacional e Direito Comunitário e Doutoranda em Direito Comunitário pela Universidade Lusíada.

Professora auxiliar da disciplina de Direito Comunitário e Docente do MBA em Gestão Internacional de Negócios da disciplina de Direito Europeu das Sociedades na Universidade Autónoma de Lisboa; Professora convidada no Mestrado de Economia, na disciplina de Direito Económico Europeu, na Universidade Lusíada, Professora de Políticas Comuns Europeias na Pós-graduação em Jornalismo no ISCTE – são algumas das actividades docentes da Drª Isabel Meirelles.

Administradora do World Trade Center, S.A., comentadora em Assuntos Comunitários da RTP1 e RTP2, colunista no jornal *Expresso*, no *Diário de Notícias* e na revista *Visão*, comentadora da TSF e da SIC Notícias, são actividades a que se dedica.

É autora de vários livros, nomeadamente *Os Novos Institutos Societários de Direito Comunitário*: *O Agrupamento Europeu de Interesse Económico e a Sociedade Europeia* (1992), *Lei Geral do Trabalho* (1981) e *Regime Jurídico Geral dos Funcionários Civis* (1980).

Tem proferido inúmeras conferências no âmbito das questões europeias e, também, sobre segurança alimentar (dada a sua Pós-Graduação em Segurança Alimentar).

Bolseira do Conselho da Europa, Assessora do Gabinete de Direito Europeu do Ministério da Justiça, Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Mulheres Empresárias e Profissionais de Portugal, são algumas das suas actividades, a par da actividade forense nas áreas do Direito Civil, Comercial, do Trabalho, Financeiro e Comunitário.

Laureada portuguesa ao Prémio «Mulher da Europa» 1996.

Empresas e Instituições amigas da AACDN

ANA Aeroportos de Portugal SA

Millennium bcp

BPI

Caixa Geral de Depositos

MONTEPIO GERAL

PT

DELTA

Brisa

ÁGUAS DE PORTUGAL

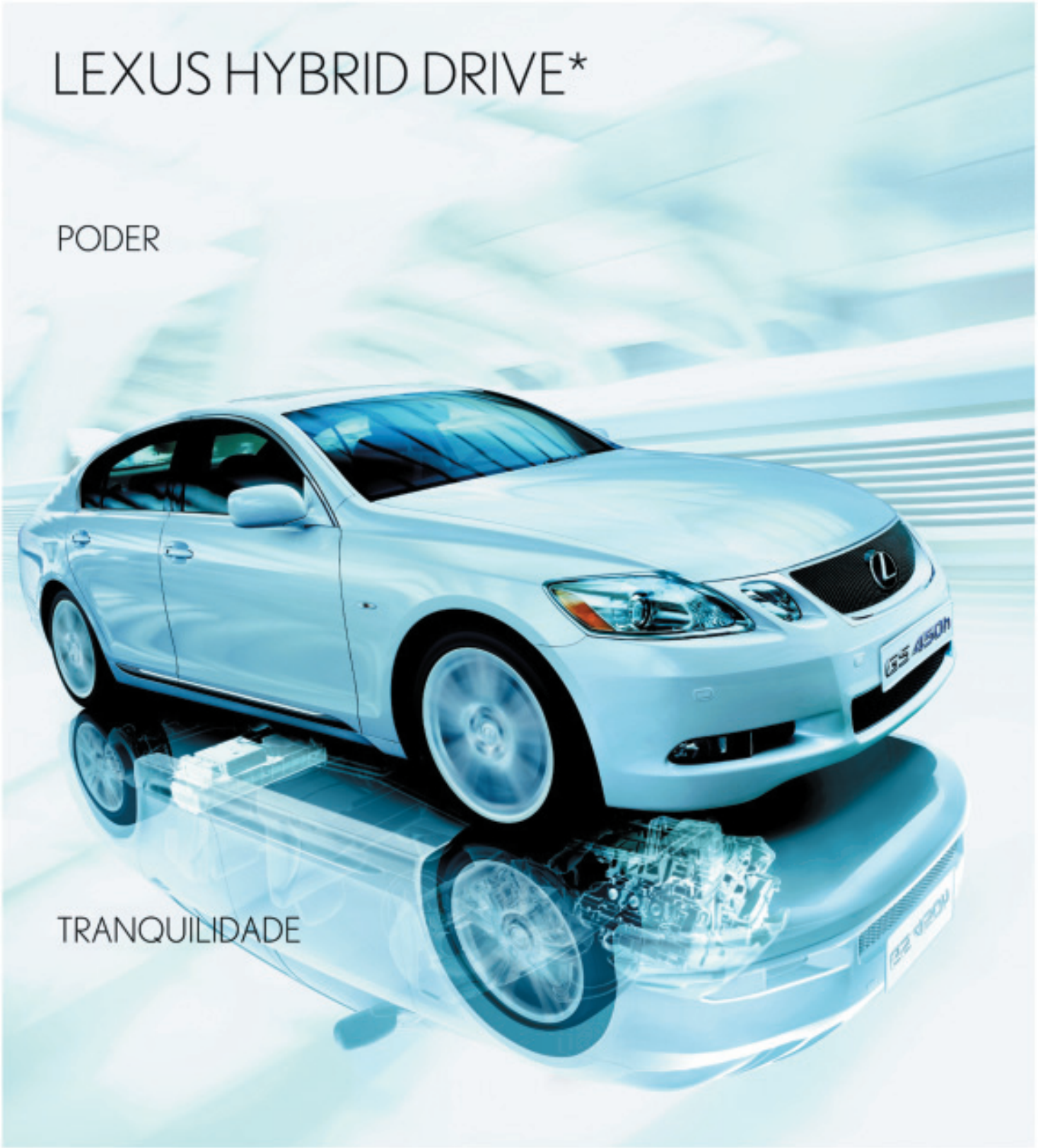
ren Rede Eléctrica Nacional, S.A.

FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA

Jornal do Exército

LEXUS HYBRID DRIVE*

PODER



TRANQUILIDADE

GS 450H. O PRIMEIRO SEDAN HÍBRIDO DE ELEVADA PERFORMANCE NO MUNDO.

A Lexus apresenta o novo Sedan híbrido, com a avançada tecnologia Lexus Hybrid Drive, uma verdadeira revolução na tecnologia automóvel. A experiência de condução é absolutamente arrebatadora, graças à combinação do motor a gasolina de 3.5l V6 com um motor eléctrico de elevada potência. Estas 2 fontes de energia atingem uma potência combinada superior a 340cv, uma performance que rivaliza inclusivamente com motores V8 tradicionais. Com o novo GS 450h foi resolvido o paradoxo entre performance e protecção ambiental.

O GS 450h é um automóvel amigo do ambiente graças à tecnologia híbrida Lexus, o que permite valores de referência de emissões de CO2, apenas 186g/km bem como apresenta um consumo combinado de 7,9l/100km. Experimente o equilíbrio perfeito entre potência e sensibilidade com o novo Lexus GS450h.

LEXUS LISBOA
Edifício Salvador Caetano
Rua da Guiné
Apartado 114
2686-963 Prior Velho
Telf.: 219 407 636 · Fax: 219 407 662
E.mail: lexus.priorvelho@scca.pt
Site: www.lexus.pt
Linha Azul Lexus 808 250 220

LEXUS
The pursuit of perfection

Lexus GS 450h - Emissões CO2 combinado (g/km): 186 - Consumo combustível combinado (l/100km): 7,9. *Lexus Tecnologia Híbrida.